

A METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO EM MARCHA: O PODER DAS METRÓPOLES NA GEOPOLÍTICA MUNDIAL E TERRITÓRIO BRASILEIRO

THE METROPOLIZATION OF SPACE ON THE MARCH: THE POWER OF METROPOLIS IN WORLD GEOPOLITICS AND BRAZILIAN TERRITORY

LA METROPOLIZACIÓN DEL ESPACIO EN MARCHA: EL PODER DE LAS METRÓPOLIS EN LA GEOPOLÍTICA MUNDIAL Y TERRITORIO BRASILEÑO

EUDES LEOPOLDO DE SOUZA¹

Resumo: A metropolização do espaço apresenta-se como um processo decisivo na orientação e na base do capitalismo global, na medida em que mantém o controle e a gestão do capital em determinados pontos do mundo e continua a dispersão necessária das relações de produção e forças produtivas. No compasso desta hipótese, analisamos a constituição desigual da metropolização brasileira como produto e condição da política do espaço, desde o controverso “milagre econômico”, passando pela redemocratização neoliberal, até o novo período desenvolvimentista em curso. Para tanto, partimos do pressuposto de que o fundamento da metropolização brasileira não está em si mesmo, mas em um processo global de multiplicação das aglomerações urbanas e crescimento do poder das metrópoles. Nesse sentido, discorreremos sobre a metropolização na escala mundial para, então, adentrarmos na formação socioespacial brasileira, em particular. Desta feita, lançando mão do passado, traçamos as dinâmicas recentes da metropolização brasileira.

Palavras-chaves: metropolização, espaço, metrópole, modernização, Brasil.

Abstract: The metropolization of space presents itself as a decisive process in the guidance and basis of global capitalism, according as it retains control and management of capital in certain spots of the world and continues the necessary dispersion of relations of production and productive forces. In the compass of this hypothesis, we analyze the unequal constitution

.....
1 AGB - Seção Fortaleza / Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: eudesleopardos@gmail.com

of Brazilian metropolization as product and condition of the policy of space, since the controversial economic miracle, passing by neoliberal redemocratization, until the new developmental period in progress. Therefore, we assume that the basis of the Brazilian metropolization is not in itself, but in a global process of multiplication of urban agglomerations and increasing power of metropolis. In this sense, we discuss about the global metropolization and then we enter in the Brazilian socioespacial formation in particular. Thus, making use of the past, we trace the recent dynamics of the Brazilian metropolization.

Keywords: metropolization, space, metropolis, modernization, Brazil.

Resumen: La metropolización del espacio se presenta como un proceso decisivo en la orientación y base del capitalismo global, en la medida en que mantiene el control y la gestión del capital en ciertos lugares del mundo y se sigue la necesaria difusión de las relaciones de producción y fuerzas productivas. En el compás de esta hipótesis, se analiza la constitución de la metropolización brasileña desigual como producto y condición de la política del espacio, desde el controvertido milagro económico, pasando por la redemocratización neoliberal, hasta el nuevo período de desarrollo en curso. Por lo tanto, se supone que la base de la metropolización brasileña no es en sí misma, sino en un proceso global de multiplicación de las aglomeraciones urbanas y aumento del poder de la metrópolis. En este sentido, pensamos la metropolización en una escala global y, en seguida, entramos en la formación socioespacial brasileña en particular. Así, haciendo uso del pasado, trazamos las dinámicas recientes de la metropolización brasileña.

Palabras-clave: metropolización, espacio, metrópolis, modernización, Brasil.

INTRODUÇÃO

A metropolização – esta “metamorfose do processo de urbanização” (Lencioni, 2006a, p. 72) – alcançou, no terceiro milênio, um novo patamar de expansão mundial, com a reprodução ampliada da metrópole para além da metrópole. A “urbanização da sociedade” (Lefévre, [1968] 2001) se tornou, em seu novo estágio, a metropolização da sociedade. Este processo está estreitamente vinculado ao de modernização. Modernização e metropolização participam de um mesmo movimento, uma acelera e amplia a outra, e vice-versa. É nesta direção que vamos pensar o fenômeno metropolitano, na mediação com um espaço cada vez mais mundial, posto que a urbanização e a modernização também se mundializam, expandindo a metropolização da sociedade e, mais ainda, a metropolização do espaço.

Neste contexto, onde se situa a urbanização brasileira, seus recuos e avanços? Como a metropolização do território brasileiro impacta a rede urbana

e a hierarquia entre as cidades? Estas questões e possíveis considerações só fazem sentido a partir de uma leitura da geopolítica mundial e da totalidade da produção capitalista do espaço. Assim, por meio de uma imersão na dinâmica metropolitana e econômica mundial (primeiro tópico), captamos suas manifestações na metropolização brasileira e suas especificidades e articulações com o mundo (segundo tópico).

Sabemos que, ao ampliarmos a escala de análise, temos que renunciar ao tratamento de uma série de fenômenos mais localistas, no entanto, abre-se a possibilidade da construção de um panorama multifacetado, uma visão mais totalizante dos processos estudados. Assim, escolhemos metodologicamente nos aprofundar, de forma mais ampla, na metropolização brasileira, o que, todavia, não impede uma penetração em variáveis específicas. O método dialético marxista, aqui adotado, permite o diálogo entre as diversas dimensões geográficas e o “mergulho” simultâneo entre elas.

O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL DA METROPOLIZAÇÃO MUNDIAL

Se, neste chamado “mundo líquido”, é dada como certa a inexistência da totalidade, como pensar a expansão metropolitana global? Diante disto, é necessário, então, desobstruirmos a passagem por meio de uma crítica à tese do fim da totalidade. Tese que se une a duas outras: a do “fim da história” e a do “fim da geografia”. Estas verdades inconsequentes se sustentam nas seguintes ideias-forças: as distâncias e os percursos são insignificantes, as latitudes e longitudes são paralelas e em tempo real, assistimos aos acontecimentos do mundo como um todo. Esta nova experiência com o espaço e o tempo aponta para uma “compressão espaço-tempo”, no dizer de Harvey (1990), largamente ovacionada pelo pensamento pós-moderno (corrente ideológico-científica contemporânea do processo de metropolização, quando este atinge um novo estágio na escala mundial, nos idos dos anos 1970). Assim, com a mundialização do espaço, da urbanização e da metropolização, o mundo, parece, está em toda parte.

O adágio de Pascal – de que “o centro está em toda parte” – parece ter atingido sua potência máxima, em nosso tempo. O mundo se revela nos lugares, onde as promessas de liberdade humana são alimentadas. Contudo, o centro não se refere somente às centralidades hegemônicas: é também a “ordem distante” concretizando-se em determinados espaços de modo contínuo ou descontínuo, permanente ou momentâneo. Portanto, o centro (o mundo) está

nos lugares, mas nem todos os lugares são os centros do mundo. O planeta ainda possui “centros de decisão”, cuja função, hoje, é delegar e impor ordens, técnicas modernas, modas e mensagens, que são produtos e condições da manutenção de seus próprios interesses capitalistas.

O “oligopólio mundial”, a “tríade” formada por Estados Unidos, Europa e Japão continua a mostrar força, sobretudo, a partir de suas grandes cidades, como Nova York, Los Angeles, Londres, Berlim, Paris e Tóquio. Chesnais (1996) explicou sobre os novos corolários da mundialização financeira, da produção, circulação e distribuição globalizadas, e a persistência da centralidade da “tríade”, nestes tempos, acompanhada de formas de subordinação das nações emergentes e de marginalização produtiva dos países em desenvolvimento, embora pareça que assistamos ao inverso disto, com a crise econômica acentuando-se nos países centrais. Eis o desenvolvimento desigual do capitalismo, que, em sua transparência fantasmagórica, eclipsa a essência contraditória de sua história e de sua geografia.

Assim, se a totalidade estiver ligada *in stricto sensu* à existência de centros de controle, como quis Bauman (1999),² a possibilidade de captarmos sua efetividade concreta é mais presente do que nunca, pois as forças econômicas e políticas do modo de produção capitalista, que habitam nos países ricos, continuam a dar as cartas, apesar da insurgência dos países emergentes. Contudo, a totalidade não diz respeito apenas a uma relação entre um bloco de países ricos e um bloco (da maioria esmagadora) do restante dos países, mas às amplas relações políticas, econômicas e culturais, e, em seu conjunto, socioespaciais, que são determinantes na constituição do todo.

Se pensarmos a geopolítica econômica global na perspectiva do oligopólio mundial,³ segundo a teoria da mundialização do capital de Chesnais (1996), as formações socioespaciais estão orientadas nesse sentido, com repercussões di-

.....
2 Bauman (1999, p. 66) sustentou que “com o Grande Cisma [a Guerra Fria] fora do caminho, o mundo não parece mais uma *totalidade* e, sim, um *campo de forças dispersas e díspares*, que se reúnem em pontos difíceis de prever e ganham impulso sem que ninguém saiba realmente como pará-las” [grifos nossos]. Acreditamos que a totalidade vai para além de um jogo político, militar e econômico entre duas grandes potências. No momento da Guerra Fria, o mundo se dividiu em dois grandes blocos. Hoje, o planeta se fragmenta em diversas parcelas regionais, o que complexifica o entendimento da totalidade, porque as teias de relações se densificaram. Contudo, a totalidade é que mediatiza e articula as relações sociais de produção existentes sobre a superfície terrestre e seus diversos territórios, como um imperativo político e econômico, mas também que anuncia a possibilidade de uma totalidade humana plena.

3 O termo oligopólio mundial diz respeito à hegemonia e à concentração da produção e circulação capitalista entre a Europa, Estados Unidos e Japão, e “refere-se igualmente ao atual modo principal de organização das relações entre as maiores firmas mundiais. (...). Esse espaço é um lugar de concorrência escarniçada, mas também de colaboração entre os grupos” (Chesnais, 1996, p. 36-37).

retas nas formas de acumulação do mundo. Estas formações forjam, ao mesmo tempo, a centralização do capital e a dispersão produtiva relativa dos países centrais, com os países emergentes e pobres sendo sincronizados na esfera da produção e comércio mundial, que não diz respeito à desregulamentação e democratização econômica entre os lugares de um determinado país e entre eles. A urbanização incorpora esta dinâmica e se reproduz a partir das esferas de poder internacionais, nacionais e regionais, que interferem, de maneira mais contundente, nas cidades e nas redes de cidades.

Neste contexto, o capital financeiro, que ganha cada vez mais primazia em relação ao capital industrial (em termos não somente quantitativo, mas, acima de tudo, qualitativo), tem, na cidade e na urbanização, e especialmente na metropolização, sua sede e sua realização mais eficaz. Talvez se alimente mais da circulação do que da produção, mais da reprodução da sociedade urbana do que do processo de trabalho direto. Isto não está muito claro. Há uma fumaça que paira sobre esses processos, sustentada, consciente ou inconscientemente, pelos pensadores pós-modernos e pela “aceleração contemporânea” (Santos, 2000a, p. 280), e que precisa ser desmistificada. Contudo, neste momento, podemos dizer que dos “domínios dos grandes grupos monopolistas – chamados comumente entre os norte-americanos de grande *business* – sobre o Estado”, concomitantes à “anarquia engendrada pela competição dentro do grande *business*” (movimento lembrado por Dobb (1967, p. 10)), passamos ao domínio do grande *business* sobre as cidades, à urbanização da sociedade e à metropolização do espaço, com a condescendência do Estado. E, em passos largos, assistimos a prefiguração da acumulação do capital na urbanização, que, em vista dos interesses em jogo, corroborou com a metropolização, isto é, a modernização e a concentração produtiva e urbana do/no espaço.

Nesta perspectiva, Damiani (2009, p. 47) asseverou que “o espaço como um todo move-se, economicamente, segundo as necessidades da economia urbana, voraz, inteiramente baseada na urbanização como negócio”. Nestes termos se processam a produção do espaço urbano e, de forma mais extremada, a produção do espaço metropolitano.

No tocante à metropolização como necessidade capitalista, ela se tornou imperativa como política centralizadora da produção e do mercado, a substituta da política expansionista que se destacou desde as origens do capitalismo, sobretudo, no apogeu do capitalismo mercantil e no período entre e durante as duas grandes guerras mundiais. Ou melhor, seria uma política expansionista da metrópole com um novo conteúdo, uma incorporação dos lugares de reserva próximos ao seu tecido urbano. Deste modo, a história não acabou; a metropo-

lização associada à globalização é mais uma forma histórica de reprodução do capital. Portanto, a história, como um amplo processo sincrônico e diacrônico de produção do homem, está longe de encerrar sua jornada e permanecer a mesma coisa; as revoluções sociais sacodem o espaço a cada nova (re)tomada do tempo, com as rupturas e permanências da totalidade.

Com relação à geografia, sem dúvida nenhuma, o seu fim não aconteceu, e nem se anuncia, pois ela continua como um processo de produção do espaço ligado ao conhecimento tanto estratégico quanto tático do mundo, para sua mudança radical ou para sua manipulação a serviço das grandes empresas. Aliás, se levarmos em consideração apenas as distâncias e as localizações como objetos de estudo da geografia, assim como fazem os profetas e anunciadores de seu fim como ciência, a metropolização não seria senão uma requalificação das localizações e um redimensionamento das distâncias!

Portanto, se a totalidade, a geografia e a história estão mais do que vivas, a metropolização e a chamada globalização (ou mundialização) não são irreversíveis, outro espaço urbano mundializado é possível. A pertinência da utopia, mais uma vez, se anuncia. Os labirintos das amplas conexões espaço-tempo e suas espirais de permanências e rupturas evidenciam, pela e na metropolização, uma nova totalidade, uma nova geografia e uma nova história.

Neste sentido, hoje, as centralidades político-econômicas são as grandes cidades e seus espaços metropolitanos, que passam a contar com novos mecanismos de intervenção em todas as escalas dos espaços nacional e internacional, graças às possibilidades ampliadas pela informação e pela tecnologia, ao mesmo tempo em que vê suas unidades fabris migrarem para as suas bordas e outros territórios. Isto porque as metrópoles assumem uma posição de comando na subordinação de vastos territórios, como consequência do aumento do alcance dos conteúdos metropolitanos e modernos, do reino das inovações, e não pela quantidade de estabelecimentos industriais em seus territórios – processo que se alonga com a modernização do espaço.

A modernização está ligada à ampliação da divisão internacional do trabalho (Harvey, 1990; Santos, 2000a), e se desenvolveu pela histórica conquista e organização racional do espaço (Bauman, 1999). Desse modo, a modernização está incontestavelmente associada à produção e reprodução do sistema capitalista, que, hoje, de modo incomensurável, aposta na metropolização dos lugares. Berman (1986) definiu a modernização como os processos sociais que dão vida ao turbilhão do moderno num perpétuo vir-a-ser. Este filósofo americano sinalizou que uma das fontes deste turbilhão que embala a vida moderna é o “rápido e, muitas vezes, catastrófico crescimento urbano” (Berman, 1986, p.

16). Este crescimento se reveste, cada vez mais, dos conteúdos metropolitanos, e, associado à chamada mundialização (ou globalização), tende a crescer em grandes proporções, mesmo com o arrefecimento do crescimento das populações relativas das grandes metrópoles mundiais que apresentaram, no passado recente, um desenvolvimento demográfico acentuado.

Historicamente, nos países ocidentais, houve uma urbanização secular de suas principais cidades, o que proporcionou, ainda no segundo quartel do século passado, a emergência das primeiras metrópoles capitalistas, sustentada pela expansão metropolitana, com algumas de suas características contemporâneas mais marcantes. Assim, embora tenha afirmado antes que “etimologicamente, a metrópole é a antiga cidade, “mãe” das suas colônias, que “exporta” os seus guerreiros, comerciantes e deuses”, Ascher observou que, nos Estados Unidos,

a acentuada dinâmica metropolitana, subvertendo as estruturas urbanas, esteve na origem, desde o fim dos anos 40, de uma definição oficial da metrópole que transbordava o quadro espacial clássico, compreendendo o perímetro das actividades urbanas quotidianas nas grandes cidades e nas suas vizinhanças (Ascher, 1998: 3).

Ele quis dizer, com isso, que a metrópole tem suas raízes pouco desenvolvidas nas civilizações antigas, porém, em sua forma mais concreta, ela emerge no período contemporâneo. Portanto, a metrópole e a metropolização, em sua assunção capitalista industrial, financeira e informacional, nasceram nos interstícios da urbanização americana da década de 1940 para 1950, ainda que pouco desenvolvida, vindo a fulgurar nos anos 1970, na escala internacional.

No entanto, Lipietz (1989, p. 303-304) negou esta perspectiva, e, fundamentado nos pressupostos da escola da regulação e em estatísticas populacionais das décadas de 1960 e 1970, alegou, num discurso antimetropolitano, que o crescimento das grandes cidades e o desenvolvimento metropolitano tinham chegado a uma etapa de declínio ou estagnação. Exemplificando, citou os casos da França, da Itália e das duas megalópoles americanas (Nova Iorque-Filadélfia e Los Angeles-São Diego), que “não chegaram verdadeiramente a se concretizar”, pois “os mais urbanizados países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) conseguiram manter o domínio sobre o crescimento de seus centros urbanos”. Na verdade, Lipietz (1989) não compreendeu a natureza e as formas que podiam assumir a metropolização, como se apenas a concentração populacional falasse por si só e pelo fenômeno metropolitano. Mais tarde, Ascher (1998, pg. 5) detectaria a ampliação da me-

tropolização no mundo, afirmando que “em todo o lado, as grandes cidades concentram uma quota crescente das populações, das actividades e das riquezas” (idem, p. 6-7).

Destarte, a redução relativa do crescimento da população urbana das grandes cidades, no final dos anos 1960, nos países ricos, instigada pelas crises, pela dispersão da produção e pelo enraizamento de parte da população rural em seus lugares de origem – fato possibilitado pelas políticas públicas e, em alguns casos, pela reforma agrária ulterior, segundo Lipietz (1989) –, não significou o fim da metropolização, mas um momento de reestruturação urbana no “Primeiro Mundo” e de incorporação de novos espaços urbanos do “Terceiro Mundo” na difusão metropolitana. Os limites da explicação de Lipietz (1989, p. 304) se deram pela sua busca obstinada de “bloquear a explosão metropolitana” nos países do Terceiro Mundo, por meio da explicação do fordismo periférico e sua crise, eclipsando a revelação de seus fundamentos, como se este fosse o problema, desviando-se da própria problemática metropolitana.

Nos anos 60 e 70 do século XX, nos países ricos, a urbanização se reestruturou em função do pós-guerra, das crises do fordismo e do keynesianismo e do novo arranjo do capitalismo emergente.⁴ Citando algumas das transformações correspondentes a este período, Harvey (1990, p. 141) comentou que, nos anos 1960, “a recuperação da Europa Ocidental e do Japão estava completa, seu mercado interno saturado e o impulso para criar mercados de exportação para os seus capitais excedentes haveria de começar”. Ascher (1998, p. 13-15) expôs que “os centros das grandes cidades americanas foram objetos de reabilitações maciças nos anos 70”, e, na coroa de subúrbios de Paris, “nos anos 60, se construíram os grandes conjuntos de habitação social, e depois, na década de 70, a primeira geração de hipermercados”. No caso específico da cidade de Los Angeles – vista por Soja (1994, p. 341) como a “precursora e sintomática de mudanças no processo de urbanização que provavelmente afetarão toda grande região metropolitana do mundo, em épocas diferentes e com intensidades diferentes” –, tem-se, nos anos 1970, a sua transformação metropolitana mais decisiva, possibilitada pela formação de uma “vasta zona industrial”, na década anterior (1960), e seis reestruturações produtivas.

.....
4 Harvey (1990, p. 145) observou que “a profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em marcha um conjunto de processos que minou o compromisso fordista”. Assim, “as décadas de 60 e 70 foram, conseqüentemente, um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político”.

Portanto, acreditamos que foi na década de 1970 que o processo de metropolização ganhou novas proporções mundiais e se manifestou na urbanização de modo mais predominante e enigmático, com a metropolização avançada das metrópoles americanas, o fim da reconstrução das cidades arrasadas pela Segunda Guerra Mundial (e suas expansões metropolitanas) e a metropolização intensa e desigual de países periféricos, como Brasil, Coreia do Sul e México.

A respeito da metropolização de países periféricos, podemos afirmar, a partir de Lipietz (1989) e Santos (1993), que ela foi marcada por certa macrocefalia e concentração produtiva, em regiões metropolitanas do território nacional, e que atingiu uma dispersão relativa, nas décadas posteriores, sobretudo nos países ditos emergentes. Este movimento se referia ao próprio modo de ser do desenvolvimento desigual do capitalismo, que expandia dialeticamente para outras paragens as contradições sistêmicas emanadas do “centro”, donde tais relações regressavam e vice-versa.

METROPOLIZAÇÃO BRASILEIRA: AS AVENTURAS DA URBANIZAÇÃO

Adentrando um caso específico, essas transformações ganham novas tonalidades e as contradições do espaço se tornam mais palpáveis. No âmbito da formação socioeconômica brasileira, os novos nexos urbanos e metropolitanos transformaram o país. No passado, “a ‘cidade’ era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante” (Santos, 1993, p. 17), que sobrevivia por meio de uma economia agrário-exportadora. Com a industrialização brasileira incrementada pela “política de substituição de importações” (fruto da crise de 1929), elas se transformaram em verdadeiras cidades capitalistas, fundadas na economia urbano-industrial. Entretanto, esta transição não foi tão unilateral e tranquila quanto parece: as contradições da reprodução das relações sociais de produção e os embates políticos e ideológicos explodiram em conflitos territoriais. Aliás, o processo de derrocada da querela controlada entre paulistas e mineiros, bem anterior a 1930, e suas respectivas economias fundadas no café e no leite, sinalizou o primeiro passo para a constituição de uma economia urbano-industrial. Economia esta que, com a crise das exportações brasileiras de café e a necessidade de se forjar uma estrutura industrial que cultivasse a demanda interna, tornou-se mais ou menos efetiva, pois, no conflito, se abriu espaço para o novo.

Não obstante, a industrialização brasileira não partiu da conhecida “Revolução de 30”, que “tinha muito pouco de revolucionária” (Löwy, 2010, p. 10), mas antes dela, como lembrou Furtado (1968, p. 9): “a partir da Primeira Guerra Mundial, tivera início, ainda que lentamente, um processo de industrialização, consequência em parte da urbanização, mas que iria acelerar essa urbanização e modificar o seu conteúdo”. No entanto, não somente a urbanização foi dinamizada e modificada pela industrialização, visto que, na perspectiva de Lefévre ([1972] 1999, p. 144), “as forças produtivas da indústria que tende a se concentrar nas cidades agem poderosamente sobre os campos”. Portanto, a industrialização ainda incompleta, que começava a aparecer no horizonte de forma mais nítida, na economia periférica brasileira, na década de 1930, mudou paulatinamente os contornos e os conteúdos da relação cidade-campo e seus termos, e mesmo as relações espaço-sociedade e cultura-natureza, produzindo, pela modernização do território, a plataforma da transição urbana e da vindoura experiência metropolitana.

Todavia, não podemos ignorar, como advertiu Furtado (1982, p. 135), que essa “integração de economias de distintos níveis de desenvolvimento – como ocorreu entre nós a partir dos anos 30 – é concentradora de riqueza no espaço”. A própria industrialização brasileira ensejou este processo, porque ela se caracterizou por “intensa concentração regional”, assinalou Kowarick (1979, p. 108). Assim, com a concentração de investimentos produtivos, políticas públicas e da própria modernização no Sudeste, a urbanização também se processou de maneira concentrada. De um ponto de vista mais amplo, a urbanização também continuou concentrada nas proximidades da costa atlântica, com cidades que historicamente já contavam com certo grau de urbanização, como Recife e Salvador, além de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, sendo que as regiões Norte e Centro-Oeste permaneceram pouco exploradas pelos novos ares de modernidade que afluíam dia após dia.

“A ideologia desenvolvimentista dos anos 50 e a posterior ideologia do crescimento e do Brasil potência” (Santos, 1993, p. 102), associadas ao “milagre brasileiro” – este “santo perverso que, com uma mão, dá a alguns o que, com a outra, retira de muitos” (Kowarick, 1979, p. 42) –, fizeram com que a industrialização e a modernização deslanchassem nacionalmente, o que não significava o fim da centralização no Sudeste, mas uma desconcentração relativa, uma necessidade de a economia política do espaço (gestada em São Paulo) se fazer presente, com mais intensidade, em todo o território brasileiro. Assim, “a conversão da ‘região’ do café em ‘região’ da indústria começa a redefinir a própria divisão regional do trabalho em todo o conjunto nacional” (Oliveira, 1977, p. 37). Ainda

nos anos 1960, mais de 40% da população se concentravam nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (Anuário Estatístico do Brasil, 1960), com suas cidades (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) aparecendo como as grandes centralidades da hierarquia urbana, e alcançando níveis demográficos elevados e destoantes. Com a construção de uma nova centralidade político-administrativa (Brasília), no centro do território nacional, e as políticas regionais planejadas pelas superintendências criadas, abriram-se as possibilidades da integração nacional e da centralidade econômica. São Paulo continuou a reinar absoluta, se fazendo presente em diferentes lugares e impondo sua força.

Nessa época, embora a industrialização ascendesse com tamanho desempenho, com o chamado setor secundário da economia alcançando 18% de participação na população ativa brasileira e o terciário 37,4%, em 1970 (sendo que registraram, respectivamente, 10% e 26%, em 1940), o setor primário, mesmo demonstrando uma diminuição histórica nos percentuais, ainda atingia a marca de 44,6%, neste período (Santos, 1993). Um dos setores que ajudaram a alavancar o setor secundário foi a construção civil, que, com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e sua injeção de crédito imobiliário nos bancos, bem como com a expansão da política das companhias habitacionais (COHAB's), dinamizou e fortaleceu a urbanização das cidades brasileiras.

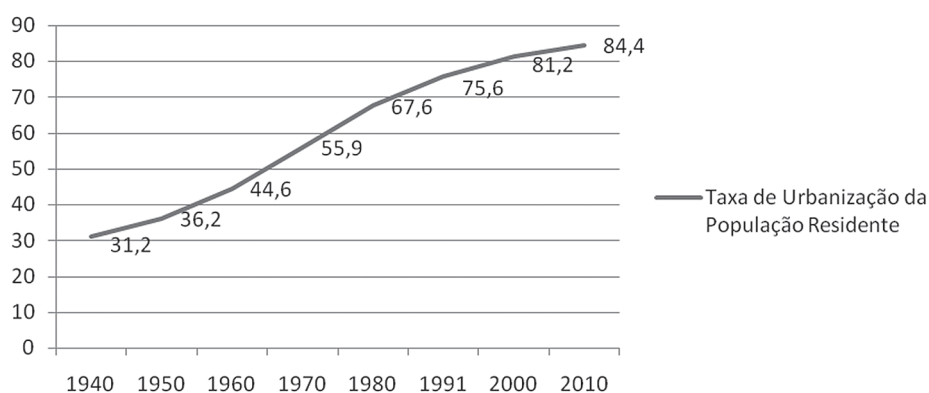
Ainda assim, com a industrialização em pleno vapor, o Brasil iniciou um processo de metropolização da sociedade incipiente e concentrado, que, na década de 1970, alcançou um novo patamar na urbanização brasileira, a partir da crescente dispersão industrial. Geiger (1972, p. 109) apontou os principais eixos destas mudanças, no período mencionado: a integração nacional, a criação das regiões metropolitanas e a expansão das redes de fluxos.

Os processos identificados até aqui estavam atrelados ao desenvolvimento do fordismo em uma outra lógica (“o fordismo periférico”), e “possibilitaram uma real transformação social, com o desenvolvimento de uma classe operária, de camadas médias e de um capital industrial modernos”, associados a “uma tentativa de industrialização segundo a tecnologia e o modelo de consumo fordianos, ainda que sem as condições sociais, seja no referente ao processo de trabalho, seja no referente à norma de consumo das massas” (Lipietz, 1989, p. 310). Estas mudanças fundaram os alicerces, primeiro, da “urbanização concentrada” (Santos, 1993) ou “concentração urbana” (Martine, 1987), e, segundo, da “metropolização periférica” brasileira (Bernal, 2004). Indicativo disto foi que, no ápice do fordismo e de sua crise em nível mundial, foram criadas institucionalmente as primeiras regiões metropolitanas brasileiras, como uma forma de habilitá-las com mais modernização e mais concentração. Em 1973,

foram criadas as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, e, em 1974, a do Rio de Janeiro também foi incorporada.

Deste modo, a metropolização aconteceu e foi reconhecida, de maneira mais acentuada, no momento da própria revolução urbana brasileira. Em 1970, a taxa de urbanização da população brasileira residente passa de 50% e atinge 55,9% – quase que dobrando a proporção percentual ante os 31,2% de 1940 –, e, num intervalo de mais quatro décadas (1970-2000), mais um quarto de crescimento proporcional é acrescido, chegando a alcançar 80%, na virada do século. Contudo, com uma acentuação da urbanização, nos últimos anos, vemos uma inclinação menos ascendente da curva de crescimento da população urbana brasileira (ver Gráfico 1). Taxas que não indicam necessariamente a urbanização, mas que nos fornecem alguma base para entendê-la ou tateá-la.

Gráfico 1: Taxa de urbanização da população residente brasileira (1940-2010)



Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1979 e 1995. Censos demográficos 2000 e 2010.

O movimento de urbanização brasileiro ganhou saltos qualitativos a partir do final de 1970, quando da difusão da chamada “acumulação flexível” (Harvey, 1990) e da metropolização, que o gráfico da urbanização, acima, não pôde apresentar. “O ‘desconcertante’ mundo das altas finanças”, de que tratou Harvey (1990, p. 161), marcou profundamente este novo momento, com “o dinheiro como, simplesmente, dinheiro, recriando seu fetichismo pela ideologia” (Santos, 2000b, p. 44) – tudo isto possível graças às comunicações que “se aceleram até a quase-instantaneidade” (Lefébvre, [1968] 2001, p. 91) e à velocidade dos transportes.

Na passagem da década de 1970 para a de 1980, a economia brasileira convulsionava. Com a financeirização da economia e a metropolização dilacerando e ampliando a urbanização no mundo (e, em particular, no Brasil), as aporias do capitalismo como último estágio civilizatório, do *welfare state* generalizado e do *laissez-faire* sem fronteiras acabaram sendo postas à prova, e as contradições intrínsecas ao sistema tornaram-se gritantes. Com a crise da dívida de 1981, a reprodução das relações sociais de produção foi empurrada para uma hiperinflação, e os deslocamentos espaço-temporais se viram no fio da navalha, pois esta dinâmica crítica atingiu, sobretudo, a metropolização brasileira (processo que absorvia a superacumulação). Argumentou Fernandes e Negreiros (2004, p. 38) que “o impacto negativo da crise atingiu mais as regiões metropolitanas, especialmente São Paulo, onde o crescimento do emprego industrial havia começado a diminuir”. Em 1987, a dívida corrente do Brasil atingiu 114,5 bilhões de dólares, com desvalorização estimada em 63,2 bilhões de dólares, sendo que a medida de desvalorização total de cinco países (Argentina, Brasil, Chile, México e Peru) alcançou 174 bilhões de dólares (Harvey, 1990, p. 196). Com relação às mudanças específicas na economia brasileira, Fernandes e Negreiros apontaram que

as oportunidades que o extenso território brasileiro ofereceu para o crescimento econômico, empurrando a fronteira agrícola sempre mais à frente e mantendo o crescimento do mercado interno travado por meio de concentração de terra e renda, eventualmente minaram o desenvolvimento do país, jogando-o numa crise política de grandes proporções e na hiperinflação. Reverso da mesma moeda, foram o “modelo” de concentração, o elevado endividamento externo, a queda da taxa de investimento e os precários indicadores de educação e de P&D, o que apenas acrescenta mais inconsistência ao desenvolvimento do país (Fernandes e Negreiros, 2004: 40-41).

Concomitante a essas dinâmicas, a redemocratização brasileira começou a ser possível, e o fim da ditadura militar aconteceu. Enquanto a economia estava em bancarrota, a política anunciava certa inversão ou uma reformulação do capitalismo à moda brasileira, pois o poder continuava onde sempre esteve, nas mãos de uma pequena minoria abastada, composta de capitalistas industriais e a velha aristocracia que tinha se readaptado. A contradição entre economia e política mostrava sua intensidade, e a economia política do espaço reencontrava, na urbanização e na metropolização brasileiras, a recuperação das ati-

vidades produtivas do país. Um indicador disto foi que, na chamada “década perdida” (1980), o Brasil não criou, institucionalmente, nenhuma região metropolitana, pois grande parte dos extintores estava voltada para apagar a crise da dívida. Porém, vendo na metropolização uma possibilidade de superação, na década seguinte, catorze regiões metropolitanas foram criadas (ver Tabela 1).

Tabela 1: Evolução histórica da criação das RMs e RIDEs (1970-2010)

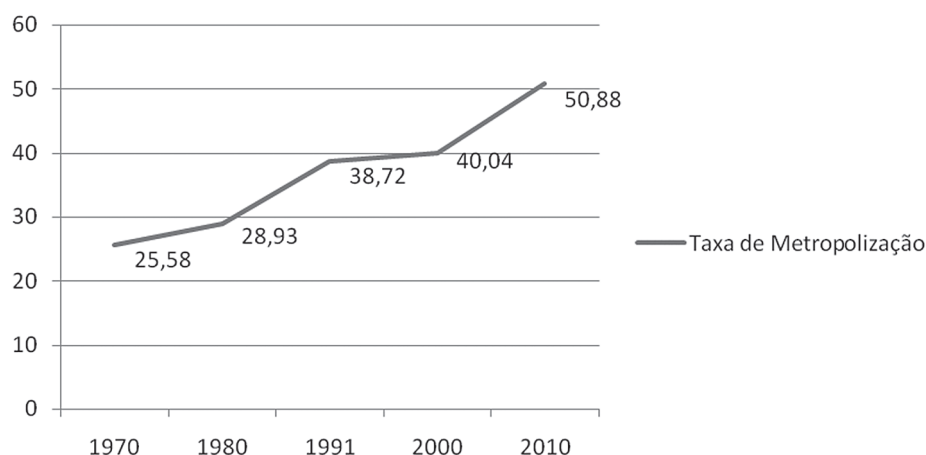
Período	Quantidade de RM's e RIDE's	RM's e RIDE's
1970-1979	9	RM Belém (AM); RM Fortaleza (CE); RM Recife (PE); RM Salvador (BA); RM Belo Horizonte (MG); RM São Paulo (SP); RM Curitiba (PR); RM Porto Alegre (RS); RM Rio de Janeiro (RJ).
1980-1989	-	-
1990-1999	14	RM Natal (RN); RM Grande São Luís (MA); RM Maceió (AL); RM Grande Vitória (ES); RM Baixada Santista (SP); RM Vale do Aço (MG); RM Florianópolis (SC); RM Londrina (PR); RM Maringá (PR); RM Norte/Nordeste Catarinense (SC); RM Vale do Itajaí (SC); RM Goiânia (GO); RM Aracaju (SE); RIDE Distrito Federal (DF)
2000-2010	17	RM Campinas (SP); RM Carbonífera (SC); RM Foz do Rio Itajaí (SC); RM Tubarão (SC); RIDE Distrito Federal e Entorno (DF); RM João Pessoa (PB); RM Vale do Rio Cuiabá (MT); RM Campina Grande (PB); RM Feira de Santana (BA); RM Agreste (AL); RM Cariri (CE); RM Macapá (AP); RM Chapecó (SC); RM Lages (SC); RIDE Petrolina/Juazeiro (BA/PE); RIDE Teresina (PI/MA); RM Sudoeste Maranhense (MA).
Total	40	-

Fonte: EMPLASA, 2012; Observatório das Metrôpoles, 2011.

Com a Constituição Federal de 1988, a criação das regiões metropolitanas passou para a jurisdição dos estados, produzindo uma dissonância entre a metropolização e a institucionalização, na década de 1990. Assim, “a institucionalização dessas regiões consiste numa vontade política, tendo passado ao largo da discussão sobre metropolização dos espaços” (Lencioni, 2006b, p. 55). Entretanto, é indubitável que, na década de 1990, a rede urbana brasileira passou por mudanças. Com a desconcentração demográfica, industrial e terciária em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, metrôpoles do Centro-Oeste

e do Norte cresceram e multiplicaram seus tentáculos no território brasileiro; as do Sul e do Nordeste também continuaram suas expansões metropolitanas. A taxa de metropolização, que atingiu 39%, em 1991, sugeriu este caminho, o que é bastante controverso, pois em seu cálculo foi lançada, num mesmo denominador, a população residente das regiões metropolitanas, das regiões integradas de desenvolvimento e das aglomerações urbanas com relação ao total da população brasileira, algumas das quais estavam longe de atingir um processo de metropolização (ver Gráfico 2). Todavia, não podemos negar que a metropolização era um processo cada vez mais concreto, no território brasileiro.

Gráfico 2: Taxa de metropolização da população residente brasileira (1970-2010)



Fonte: Censos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010; Santos (1993); EMPLASA (2011).

Nos anos 2000, os paliativos neoliberais forjaram uma estrutura de planos financeiros, assegurando o crescimento do consumo e a sustentação do câmbio, e, em seguida, novos episódios de políticas desenvolvimentistas, com projetos faraônicos associados ao aquecimento do mercado imobiliário por meio de crédito imobiliário, em volume nunca antes visto. Com os Planos de Aceleração do Crescimento (PAC's) e o programa “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV's) superando as marcas históricas do Banco Nacional de Habitação (BNH), e os programas Pró-Moradia e Habitar-Brasil, de 1995/1998, a economia política do espaço urbano brasileiro alcançou seu ápice. A urbanização atingiu novos patamares (taxa de urbanização de 85%, em 2010, conforme o Gráfico 1) e a metropolização apareceu como a grande “política do espaço” (taxa de metro-

polização de 51%, em 2010, conforme o Gráfico 2), com a criação fictícia de regiões metropolitanas e a elevação institucional de cidades médias a metrópoles sendo apenas a “ponta do *iceberg*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização e a formação de espaços metropolitanos – em parte, fictícias – apresentaram uma requalificação dos centros urbanos, a difusão das desigualdades, a destruição criativa das metrópoles e das cidades médias, cada vez mais incrementadas pela monetarização do cotidiano, pelas técnicas informacionais e pela revolução dos meios de transporte. “O deslizamento generalizado do ter para o parecer” na vida social, a que se referiu Debord ([1967] 1997, p. 18), tomou de assalto o espaço, a serviço da economia política do espaço, com a institucionalização fazendo com que espaços urbanos *pareçam* metropolitanos. Assim, a metropolização, este “estágio mais avançado” da urbanização (Firkowski, 2009, p. 391), evidencia suas contradições: produção fictícia de metrópoles e espaços metropolitanos, fetiche da aglomeração urbana como metropolização, enfim, uma aparente urbanização des-governada, controlada especialmente pelos capitais financeiros, imobiliários e industriais. Assim, as aventuras da urbanização brasileira atingiram a metropolização, no terceiro milênio, de maneira mais profunda e concreta, e, concomitantemente, ampliaram a segregação espacial e as contradições do espaço (urbano).

No mundo como um todo, a metropolização também alcança níveis críticos. Na virada do século, os espaços metropolitanos aparecem, cada vez mais, como grandes âncoras de uma economia globalizada e como centros de irradiação dos poderosos vetores da modernização. Neles, são produzidas as informações todo-poderosas (que veiculam poucos eventos e muitos ruídos) e as ordens diligentes da produção e circulação de mercadorias e serviços. Deste modo, o prenúncio de Lefébvre ([1968] 2001, p. 26) sobre uma ampla política dominadora do espaço aponta no horizonte. E, como vimos, os espaços metropolitanos, lamentavelmente, são os instrumentos da economia política do espaço, nesta dinâmica seletiva e tirânica, que acumula riquezas e distribui migalhas, gerando, de um lado, o contentamento de parcelas da população mundial e, de outro, o despertar de movimentos sociais e teorias revolucionárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASCHER, François. “Metropolização e metápoles.” In: ASCHER, François. *Metapolis: acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta, p. 3-21, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERNAL, Cleide. *A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza*. Fortaleza: Editora UFC/BNB, 2004.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DAMIANI, Amélia. “Urbanização crítica na metrópole de São Paulo a partir de fundamentos da geografia urbana.” In: *Revista da ANPEGE*, v. 5, p. 39-53, 2009.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo* (seguido do prefácio à 4ª edição italiana e dos Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo). [1ª ed., 1967]. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DOBB, Maurice. “Alguns traços do capitalismo europeu atual.” In: DOBB, Maurice (org.). *Tendências do capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- FERNANDES, Ana; NEGREIROS, Rovena. “Desenvolvimento econômico, divisão do trabalho e mudanças na rede urbana brasileira: do desenvolvimento ao plano real.” In: FERNANDES, Edesio; VALENÇA, Márcio (orgs.). *Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 25-56, 2004.
- FIRKOWSKY, Olga. “Urbanização e cidades: os vários desafios à investigação geográfica.” In: MENDONÇA, Francisco; SAHR, Cicilian; SILVA, Márcia (orgs.). *Espaço e tempo: complexidades e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ADEMADAN, p. 387-405, 2009..
- FURTADO, Celso. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. “Brasil: da república oligárquica ao Estado militar.” In: FURTADO, Celso (org.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 1-23, 1968.

- GEIGER, Pedro. “O espaço mais desenvolvido do Brasil.” In: *Boletim Geográfico*, n° 231, ano 31, p. 109-124, 1972.
- HARVEY, David. *The condition of postmodernity*. New York: Blackwell, 1990.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEFÉBVRE, Henri. *O direito à cidade*. [1ª ed., 1968]. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. *A cidade do capital*. [1ª ed., 1972]. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LENCIONI, Sandra. “Da cidade e sua região à cidade-região.” In: SILVA, José Bozarcchiello; LIMA, Luiz; ELIAS, Denise (orgs.). *Panorama da geografia brasileira I*. São Paulo: Annablume, p. 65-76, 2006a.
- _____. “Reconhecendo metrópoles: território e sociedade.” In: SILVA, Cátia; FREIRE, Désirée; OLIVEIRA, Floriano. *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b.
- LIPIETZ, Alain. “Fordismo, fordismo periférico e metropolização.” In: *Ensaio FEE*, vol. 10, p. 303-335, 1989.
- LÖWY, Michel. *Caderno de textos tópicos utópicos – revoluções*. Fortaleza: PMF, 2010.
- MARTINE, George. “Migração e metropolização.” In: *Revista São Paulo em Perspectiva*, n° 1 (2), p. 28-31, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SANTOS, Milton. *La naturaleza del espacio: técnica y tiempo, razón y emoción*. [1ª ed., 1996]. Barcelona: Ariel, 2000a.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000b.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SOJA, Edward. “O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso.” In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria; OLIVEIRA, Maria (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, p. 154-168, 1994.